



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Diferenciações sócio espaciais e raciais na cidade de Ribeirão Preto entre os anos 2000 e 2010

**Júlia Fernandes Guimarães Pereira**  
UFABC – Universidade Federal do ABC

**Flávia da Fonseca Feitosa**  
UFABC – Universidade Federal do ABC

**Marcos Rodrigues Fróis**  
UNESP – Universidade Estadual Paulista

### Sessão Temática 01: Crise e reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil

*A diferenciação sócio espacial é um fenômeno vivenciado em grande parte das cidades do mundo e o seu adequado entendimento possibilita o direcionamento e planejamento de políticas públicas. Uma das possibilidades de análise dessa diferenciação é por meio da utilização de métricas de segregação, de distribuição de renda e também da espacialização da cor e raça para entender como esses fenômenos se materializam nos espaços urbanos. A cidade de Ribeirão Preto tem sua origem relacionada a formação de núcleos coloniais no estado de São Paulo bem como pela chegada da ferrovia para o escoamento da produção de café entre fins do século XIX e meados do século XX e, ao longo dos anos, apresenta uma forma de crescimento urbano com uma separação muito clara de grupos sociais entre a zona sul e norte do perímetro urbano. Com objetivo de entender melhor o fenômeno, o presente artigo apresenta uma análise comparada do índice espacial de segregação global e local de diferentes grupos de população, da renda a partir de dados censitários dos anos de 2000 e 2010 e, da distribuição espacial de grupos populacionais por raça e cor no ano de 2010 na cidade de Ribeirão Preto.*

*Palavras-chave: Segregação espacial urbana; Fragmentação socioespacial; Desigualdades socioespaciais; Planejamento territorial; Políticas Públicas.*

#### **Socio-spatial and racial differentiations in the city of Ribeirão Preto between the years 2000 and 2010**

**Abstract** *The socio-spatial differentiation is a phenomenon experienced in most cities in the world and its proper understanding enables the direction and planning of public policies and territorial planning. One of the possibilities of analysis is through the use of metrics of segregation, income distribution and also the spatialization of color and race and how they materialize in urban spaces. The city of Ribeirão Preto has its origins related to the formation of colonial nucleus in the State of São Paulo as well as the arrival of the railroad to transport coffee production between the end of the 19th century and the middle of the 20th century and, over the years, it presents a form of urban growth with a very clear social groups separation between the south and north zones of the urban perimeter. To better understanding the phenomenon, this article presents a comparative analysis of the spatial index of global and local segregation of different population groups, income from census data for the years 2000 and 2010 and, the spatial distribution of population groups by race and color in the year 2010 in the city of Ribeirão Preto.*

*Keywords :Urban spatial segregation; Socio-spatial fragmentation; Socio-spatial inequalities; Territorial planning; Public policy.*

#### **Diferenciaciones socioespaciales y raciales en la ciudad de Ribeirão Preto entre los años 2000 y 2010**

**Resumen** *La diferenciación socioespacial es un fenómeno vivido en la mayoría de las ciudades del mundo y su adecuada comprensión posibilita la dirección y planificación de políticas públicas y ordenamiento territorial. Una de*

*las posibilidades de análisis es mediante el uso de métricas de segregación, distribución del ingreso y también la espacialización del color y la raza y cómo se materializan en los espacios urbanos. La ciudad de Ribeirão Preto tiene sus orígenes relacionados con la formación del núcleo colonial en el Estado de São Paulo, así como con la llegada del ferrocarril para transportar la producción de café entre finales del siglo XIX y mediados del siglo XX y, a lo largo años, presenta una forma de crecimiento urbano con una separación muy clara entre las zonas sur y norte del perímetro urbano. Para comprender mejor el fenómeno, este artículo presenta un análisis comparativo del índice espacial de segregación global y local de diferentes grupos de población, y los ingresos de los datos censales de los años 2000 y 2010, y la distribución espacial de los grupos de población por raza y color en el año 2010 en la ciudad de Ribeirão Preto.*

*Palabras clave:* Segregación espacial urbana; Fragmentación socioespacial; desigualdades socioespaciales; Planificación territorial; Política pública.

---

## 1. Introdução

O mundo está cada vez mais urbano e populoso, e o Brasil não é exceção. As transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas no país tiveram grande impacto na ocupação do território nacional, especialmente nas aglomerações urbanas. Nesse contexto, as cidades são o resultado da ação de agentes sociais concretos, cada um com seus interesses, contradições e práticas diferenciadas, materializando a forma como essas pessoas se distribuem no espaço. Com a intensificação da circulação do capital, diferentes tipos de espaços são construídos, pautados pela lógica e valores capitalistas. Portanto, à medida que o capitalismo se dissemina pela globalização, surge a questão de se saber se as cidades estão se tornando mais diferenciadas ou semelhantes entre si (SANTOS, 2002;2013).

Esse processo de reestruturação do capital intensificou-se no país em meados dos anos 70, refletindo-se no fortalecimento de cidades do interior que passaram a desempenhar papéis importantes na rede urbana do país. Cidades médias emergiram não apenas pelo caráter demográfico, mas também pela sua relevância e atratividade em relação às cidades do entorno. Nesse contexto, Ribeirão Preto destacou-se como polo de atração regional a partir de mudanças relacionadas principalmente à ampliação da rede de comércios e serviços locais e à descentralização produtiva metropolitana, que incentivou a mudança de grandes empresas e indústrias para a localidade. Contudo, esse conjunto de mudanças, juntamente como a concentração de renda ampliada pela atividade do mercado imobiliário, o aumento populacional e a urbanização acelerada, resultou na redefinição da relação centro-periferia e em mudanças na estrutura intraurbana que aprofundam a segregação social e espacial das cidades. Diante desse cenário, é necessário pensar nesses espaços a partir da articulação entre escalas distintas (CORRÊA, 2014; SPOSITO, 2020).

A segregação social e espacial urbana tem sido objeto de estudo de muitos autores, sendo possível perceber uma relação com a exclusão ou diferenciações socio espaciais. É importante compreender que a exclusão social é uma das consequências da segregação socioespacial. Nesse sentido, é possível verificar uma desarticulação da sociedade e dos indivíduos, levando a uma não participação ou não efetivação de benefícios que são considerados plenos direitos para parte dessa sociedade, as quais são materializadas na figura dos excluídos.

A exclusão social pode ainda ser compreendida como uma agudização das desigualdades, que resulta em uma dialética oposta entre aqueles que mobilizam os recursos necessários para garantir sua participação social plena e aqueles que se encontram incapacitados para fazê-lo devido à falta desses recursos. Tais recursos ultrapassam a esfera econômica e englobam os capitais sociais e culturais (RODRIGUES et al., 2017)

Os conceitos sobre segregação socio espacial são variados. Trazemos para o debate as conceituações de Corrêa (2014), Souza (2013) e Sposito e Góes (2013). Segundo Corrêa (2014), é possível descrever seis processos espaciais que ocorrem na cidade em termos de organização

e reorganização do espaço: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia. O autor coloca que os três primeiros processos (centralização, descentralização e coesão) estão mais relacionados com as atividades econômicas enquanto o processo de segregação refere-se especialmente à questão residencial – tendo relação com a reprodução da força de trabalho. O autor destaca que a segregação é um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de “forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas” (CORRÊA, 2014, p. 131).

Em uma outra abordagem, Souza (2013) classifica a segregação como um dos dois grandes conjuntos de problemas associados às cidades (o outro problema, segundo o autor, seria a pobreza). Para o autor, a segregação é um produto da cidade e não se apresenta em povoados rurais, que não possuem a complexidade necessária para originar a problemática. Para a segregação ocorrer, são necessários vários fatores, como a pobreza, o racismo e o papel do Estado na criação de disparidades espaciais em matéria de infraestrutura e no favorecimento dos moradores de elite.

Sposito e Góes (2013, p. 280) apresentam uma revisão histórica do termo segregação e suas variáveis (segregação residencial, segregação urbana, segregação social) e discutem vários autores que trataram do conceito. As autoras adotam o termo segregação socioespacial e explicam que a construção dele se apoia em dois pilares: o primeiro é a conceituação desenvolvida por Lefebvre, que distingue separação e a segregação. Para as autoras, a segregação é um processo espaço-temporal com múltiplas escalas e dimensões que se difere da diferenciação, pois resulta da radicalização e do aprofundamento de múltiplas formas de distinção, segmentação, desigualdades e, portanto, de diferenciação, sem que a recíproca seja sempre verdadeira, pois há diferenciações que não representam segregação. O segundo pilar que as autoras consideram importante é a escolha do termo socioespacial, que torna o conceito mais preciso, uma vez que o processo só pode ser compreendido nas articulações entre as condições sociais e espaciais.

Outra questão importante para a análise da exclusão socioespacial é a distribuição espacial de brancos, negros, pardos, amarelos e indígenas no território, que pode se materializar como desigualdade racial. Para Osório (2009;2019) e Zamora (2012) podemos entender a desigualdade racial como resultado de uma sociedade cujo o racismo estrutural traz consequências perversas aos grupos sociais envolvidos. Ainda, é possível compreender a desigualdade racial como resultado de uma estrutura social e de poder que subentende uma etnia ou raça acima de outras de forma hierárquica. Os mesmos autores conceituam a raça como um operador social que continua a produzir efeitos, sendo usada para agregar indivíduos e grupos que compartilham certos aspectos físicos observáveis e ajuda a determinar uma atitude negativa frente a eles. Raça é uma construção social essencialista, amplamente aceita, criado e reforçado em práticas cotidianas.

Nos últimos anos, tem sido observado que as cidades médias também estão vivenciando intensamente o fenômeno da segregação, apresentando algumas semelhanças como o que ocorre nas grandes cidades e metrópoles.

É fundamental destacar que as dimensões espaciais da segregação espacial são essenciais para compreender fenômeno de forma mais precisa e tomar medidas de planejamento territorial e políticas públicas adequadas. Portanto, uma das formas possíveis de se realizar essa análise é por meio da aplicação de métricas de segregação espacial. Nesse trabalho, o objetivo é a apresentação dos resultados iniciais da análise dos índices globais e locais de exposição e isolamento de segregação espacial na cidade de Ribeirão Preto. Também iremos incorporar nessa análise a distribuição de renda da população, utilizando dados censitários dos anos de 2000 e 2010 produzidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A análise da desigualdade racial será realizada por meio da produção de um mapa de pontos (*dot maps*) com a distribuição da quantidade de pessoas de cada uma das cores e raças (pretos, brancos, pardos, amarelos e indígenas) na cidade de Ribeirão Preto, com dados do Censo de 2010. Com a análise

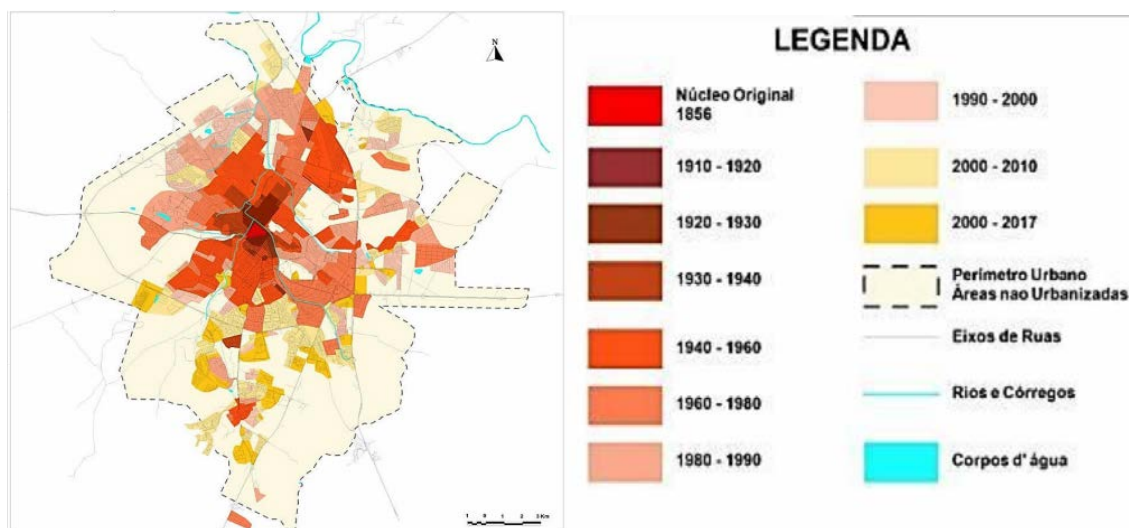
conjunta desses aspectos – segregação residencial por renda e desigualdade racial – é possível ter uma visão mais ampla de como as diferenciações socioespaciais se manifestam no espaço urbano.

### 1.1 A cidade de Ribeirão Preto

Ribeirão Preto é uma cidade localizada na região Nordeste do Estado de São Paulo, com uma população estimada em 720.116 habitantes (IBGE, 2021). A área do município é de 650,916 km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 928,92 hab/km<sup>2</sup>. A área urbanizada da cidade atualmente é de 149,42 km<sup>2</sup>. Dentro da hierarquia urbana, Ribeirão Preto é classificada como uma capital regional A – integrante do arranjo populacional de Ribeirão Preto. A cidade conta ainda com um PIB per capita elevado de R\$ 50.270,98 e um IDHM<sup>i</sup> de 0,8.

Segundo Melo (2017), a fundação de Ribeirão Preto<sup>ii</sup> está relacionada à doação de terras pela Coroa Portuguesa à igreja, bem como às primeiras famílias rurais da região no século XIX, cujas propriedades foram posteriormente legitimadas pela Lei de Terras de 1850. A junção dessas terras paroquiais com partes das terras privadas deu origem ao primeiro povoado chamado Patrimônio de São Sebastião do Ribeirão Preto, que posteriormente se juntou ao Núcleo Colonial Antônio Prado, beneficiado pela presença da Estrada de Ferro Mogiana que facilitava o escoamento da produção. Os lotes rurais do Núcleo Colonial começaram a ser requeridos por imigrantes, em sua maioria italianos, que produziam principalmente arroz, milho, feijão e criavam animais. O núcleo urbano começou a se estruturar ao redor da Catedral de São Sebastião, atual região central, próxima à Praça XV de novembro, e tinha atividades diversificadas.

A decadência da produção cafeeira no Vale do Paraíba estimulou a busca por novos territórios, favorecendo a ocupação de Ribeirão e mudando sua estrutura fundiária. A cidade contou com a ampliação da malha ferroviária no estado de São Paulo, o que impulsionou o escoamento da produção e permitiu o desenvolvimento de sua infraestrutura urbana. No entanto, em 1929, a quebra da bolsa de valores de Nova York desvalorizou a cultura cafeeira, levando produtores locais a se voltarem para outras culturas, como milho, algodão e pecuária (ZAMBONI, 2018). A década de 19 marcada por um grande aumento populacional para a cidade, que contava com cerca de 90 mil habitantes, o que atraiu investimentos do Programa Nacional do Alcool – Proálcool na década seguinte, impulsionando a produção canvieira na região.



**FIGURA 01** – Expansão da malha urbana de Ribeirão Preto. 1856 – 2017

**FONTE:** ABREU (2019)

De acordo com Melazzo et al. (2021), a chegada da Companhia Habitacional Regional de Ribeirão Preto – SP (COHAB – RP) na década de 1960 trouxe marcos importantes na estruturação da

cidade, os quais contribuíram para a expansão urbana horizontal da cidade e o aprofundamento das desigualdades e diferenças socioespaciais entre a zona norte e sul.

A cidade de Ribeirão Preto apresentou uma expansão restrita da malha urbana até esse período, concentrando-se nas proximidades do quadrilátero central. A partir de então, começou a se expandir em direção aos eixos norte e sul, com particularidades em sua ocupação. A Figura 01, extraída de Abreu (2019), ilustra a evolução da malha de expansão urbana da cidade de Ribeirão Preto no período compreendido de 1856 a 2017. Os anos 1970 foram fundamentais para a cidade, que se consolidou como um importante polo econômico e populacional do estado de São Paulo, impulsionado pelo dinamismo da produção agrícola (ZAMBONI, 2018). A partir da década de 1980, os primeiros loteamentos fechados (comumente chamados de condomínios) foram implantados na zona sul da cidade, acompanhados pelo surgimento de estruturas de consumo de luxo como shoppings centers e hipermercados. Esse processo foi seguido pelo aprofundamento da exclusão social, com o surgimento de favelas e do aumento da população indigente, como nos mostra Gomes (2011), além da implantação de conjuntos habitacionais oriundos de políticas públicas como o Minha Casa Minha Vida, na região norte da cidade, em sentido oposto aos loteamentos de alto padrão da região sul.

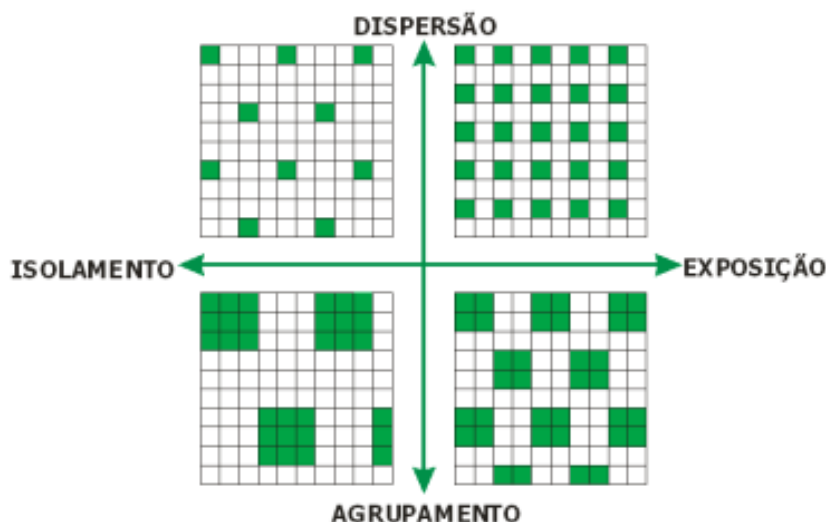
A situação apresentada revela que a cidade de Ribeirão Preto vivencia e reproduz um processo de reestruturação produtiva e urbana pautado pela lógica capitalista imobiliária e de consumo. Esse processo resulta em perda de espaços de encontro e troca, que são elementos fundamentais na configuração de uma cidade, e que se tornam cada vez mais restritos a grupos que se autosegregam por fatores culturais, sociais ou políticos, evidenciando um cenário de exclusão e fragmentação social.

## **2. Metodologia**

### *2.1 As métricas da segregação residencial*

Embora existam vários estudos sobre segregação residencial urbana, eles têm revisitados e revistos ao longo dos anos com o uso de novas metodologias, entre as quais destacam-se as baseadas na aplicação de métricas de segregação. De acordo com Feitosa (2005), estudos baseados na utilização de métricas de segregação podem ser dividida em três fases, sendo a primeira delas caracterizada pela sua dicotomia, onde apenas dois grupos eram analisados, a segunda fase com estudos que consideram vários grupos populacionais, e a terceira fase com medidas espaciais, que consideram o arranjo espacial das unidades espaciais utilizadas no estudo (setores censitários, por exemplo).

Massey e Denton (1988) caracterizam a segregação a partir de cinco diferentes dimensões sendo elas: dispersão e exposição (não espaciais) e agrupamento, centralização e concentração (espaciais). Reardon e O'Sullivan (2004), por sua vez, questionam o fato das dimensões dispersão e exposição não terem sido espacializadas e postulam apenas duas dimensões para a análise da segregação residencial: dispersão (ou agrupamento) e exposição (ou isolamento). A dimensão dispersão/agrupamento indica o quão equilibrado encontra-se a distribuição dos distintos grupos populacionais no espaço residencial da cidade; ao passo que a dimensão exposição/isolamento indica a capacidade de encontro entre membros de grupos distintos, ou do mesmo grupo, no caso do isolamento (Figura 02).



**FIGURA 02** – Dimensões da segregação residencial

**FONTE:** Adaptado de Reardon e O’Sullivan (2004), apud Feitosa (2005)

Com base no trabalho de Reardon e O’Sullivan (2004), Feitosa *et al* (2007) propuseram adaptações de índices não espaciais, como dissimilaridade, exposição e isolamento, para considerar o arranjo espacial das unidades de área por meio da aplicação de uma função de proximidade. Essas adaptações são consideradas para a formulação de índices espaciais globais e locais. Os índices globais indicam o grau de segregação da área estudada como um todo, ao passo que os índices locais indicam o quanto cada vizinhança contribuir para a segregação global.

Os autores Feitosa *et al* (2007) usam uma adaptação do índice de Dissimilaridade generalizada ( $D^m$ ), de Sakoda (1981) para medir a dimensão dispersão / agrupamento e uma adaptação dos índices de exposição ( $P(\sim m, n)$ ) e isolamento ( $Q(\sim m)$ ), de Bell (1954), para medir a dimensão exposição / isolamento.

## 2.2 Procedimentos adotados no trabalho

O presente estudo utilizou dados e bases cartográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, particularmente dos resultados do universo dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. As bases cartográficas utilizadas foram os arquivos vetoriais em formato shapefile (.shp) dos setores censitários disponibilizados para os mesmos anos. Para o estudo da expansão da malha de ocupação humana, foi utilizada a base de vetorial no formato shapefile das faces de logradouros.

O “Rendimento dos responsáveis” foi representado pela “média do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes” (**Var06iii-**, em 2000, e **V007**, em 2010). Em 2000, o valor do salário mínimo que vigorava no mês de referência (julho) era de R\$ 151,00, ao passo que em 2010 o valor do salário mínimo era de R\$ 510,00.

Em ambos os casos, os valores dos rendimentos foram agrupados em 5 classes, conforme apresentado na Tabela 01.

Renda do Responsável pelo domicílio	Quantidade de pessoas	de	% em relação ao total da população
Renda até 1 salário mínimo	5837		12,42
Renda de 1 a 3 salários mínimos	16281		34,66
Renda de 3 a 5 salários mínimos	9322		19,85

Renda de 5 a 10 salários mínimos	9104	19,38
Renda acima de 10 salários mínimos	6417	13,69

**Tabela 01** – Exemplo de organização dos dados para montagem das cartas de rendimento do responsável - 2010

**FONTE:** Dados do IBGE, 2010 compilados pela autora

Para o cômputo dos “Índices locais de isolamento” dos anos 2000 foram utilizadas as variáveis **V0602 a V0610** (Responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo a mais de 20 salários mínimos. A variável **V0611** não foi incluída no estudo por considerar as pessoas com rendimento igual a zero. As tabelas 02 e 03 que mostram os “Índices globais de isolamento” também foram produzidas utilizando os mesmos dados.

O cômputo dos “Índices locais de isolamento” dos anos 2010 foi realizado a partir das variáveis V001 a **V009** da tabela Renda da Pessoa Responsável. A variável **V010** Pessoas responsáveis sem rendimento nominal mensal não foi incluída. Para a tabela de “Índice global de isolamento” utilizamos os mesmos dados.

Uma vez compilados e categorizados em grupos por diferenciação de renda, os dados foram inseridos para análise no software aberto QGIS (versão 3.16 Hannover) e o plugin *Segreg* foi utilizado para o cálculo dos índices globais e locais de isolamento e exposição. Para fins de comparação entre grupos e datas distintas, os índices foram normalizados conforme descrito em Feitosa et al. (2021).

Para a elaboração dos mapas de pontos da distribuição racial na cidade de Ribeirão Preto, foram utilizados somente os dados do Censo do ano de 2010 já que para o ano 2000 não havia a disponibilização de dados de cor e raça por setor censitário. As variáveis utilizadas para essa análise foram as da Tabela Pessoas 03 – Arquivo Cor ou Raça, idade e gênero, variáveis **V001 a V006** (Pessoas residentes; Pessoas Residentes e Cor ou Raça – Branca; Pessoas Residentes e Cor ou Raça – Preta; Pessoas Residentes e Cor ou Raça – Amarela; Pessoas Residentes e Cor ou Raça – Parda; Pessoas Residentes e Cor ou Raça – Indígena. Os dados também foram inseridos no software QGIS (versão 3.16 Hannover) e o plugin *Dot Map* foi utilizado

### 2..3 Características gerais dos estudos selecionados

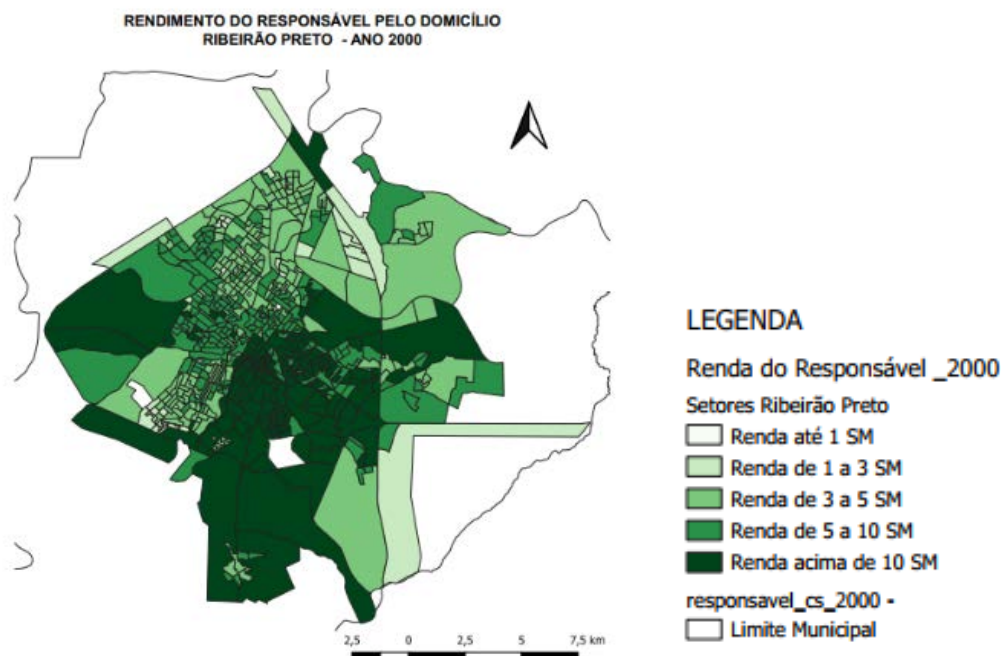
Como mencionado anteriormente, a cidade de Ribeirão Preto possui uma extensão territorial de 650,916 km<sup>2</sup> e uma população de 720.116 pessoas. Apesar do elevado volume e densidade populacional, é possível classificá-la, de acordo com a definição de Sposito *et al* (2007), como uma cidade média devido à sua influência e atração regional, bem como à concentração de serviços, comércio e indústrias.

Além disso, a pesquisa parte um fator importante: nas últimas três décadas, Ribeirão Preto tem apresentado uma diferenciação socioespacial significativa em relação à produção de seus espaços. Inicialmente, surgiram “condomínios” (loteamentos) fechados de alta renda em áreas periféricas (geralmente opostas às áreas de loteamentos populares) e, mais recentemente, os “condomínios” fechados populares (de baixa e média renda). Esse fenômeno, que já havia sido identificado por Caldeira (2000) em cidades de grande porte e nas metrópoles na década de 90, ganha força no interior. É possível observar que os “*enclaves fortificados*” se fortalecem e criam verdadeiras paisagens e cenários fragmentados, alterando a lógica de produção desses espaços, que há pouco caracterizava-se pelo padrão centro-periferia.

Em relação à distribuição dos grupos raciais em Ribeirão Preto, é possível perceber uma distribuição bem igualitária de brancos e amarelos (em quantidades bastante reduzidas) no território da cidade, enquanto os negros, pardos e indígenas tendem a se concentrar mais a noroeste.

### 3. Resultados e Discussões

Os resultados produzidos para a análise do “Rendimento dos Responsáveis” nos anos de 2000 e 2010 mostram que começam a surgir, nas extremidades da malha urbana consolidada, alguns pontos de concentração de grupos de alta renda, coincidindo com a construção dos “condomínios” fechados nessa localidade (Figuras 03 e 04).

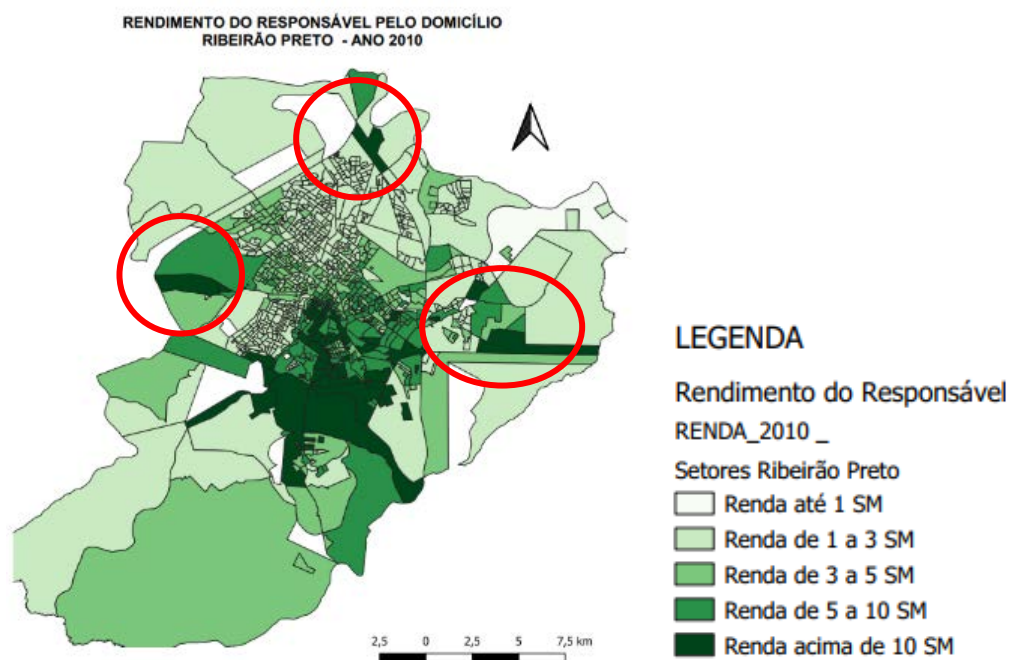


**FIGURA 03** –Rendimento do responsável pelo domicílio – Ribeirão Preto 2000

**FONTE:** Elaborado pela autora (2021).

Na cidade de Ribeirão Preto, o processo de periferização das famílias de alta renda já era perceptível em 2000, conforme mostrado na **Figura 03**. Complementarmente, é possível perceber que no ano 2010, conforme mostrado na **Figura 04**, esses grupos se consolidam em locais como o “Condomínio Balneário Recreativa a nordeste, o bairro Parque dos Lagos e o Condomínio Campos do Jordão a leste, e o Jardim Itaú Mirim e o “Condomínio” Vila do Bosque a oeste (circulados em vermelho).

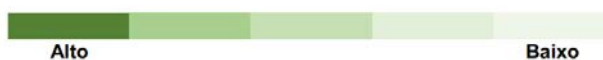




**FIGURA 04** –Rendimento do responsável pelo domicílio – Ribeirão Preto 2000 e 2010.  
**FONTE:** Elaborado pela autora (2021).

A análise dos índices de isolamento global normalizado para Ribeirão Preto, cujos resultados são apresentados na diagonal das **Tabelas 02 e 03**, revela que, assim como o observado em grandes metrópoles (Feitosa et al., 2021), o isolamento do grupo de maior renda (acima de 10 SM) é muito superior ao dos demais grupos. Comparando os resultados de 2000 e 2010, nota-se que o isolamento deste grupo apresentou um aumento expressivo no período. Em 2000 era de 2,16, ou seja, a proporção média de responsáveis de alta renda na vizinhança de um indivíduo do mesmo grupo era 2,16 vezes superior à proporção do grupo na cidade como um todo. Já em 2010 o mesmo índice apresentou um valor muito superior, de 4,29. O índice de isolamento dos demais grupos não apresentou diferenças muito expressivas nas duas datas analisadas. Para estes grupos, os índices variaram entre 1,14 e 1,71. Em 2000, o grupo que apresentou o menor índice normalizado de isolamento foi o de renda entre 5 e 10 SM, ao passo que em 2010 foi o grupo com renda entre 1 e 3 SM. Considerando a exposição entre os grupos de menor e maior renda, constatou-se uma diminuição no período 2000-2010: era de 0,49 em 2000 e passou para 0,34 em 2010.

	Renda até 1SM	Renda de 1 a 3 SM	Renda de 3 a 5 SM	Renda de 5 a 10 SM	Renda acima de 10 SM
Renda de até 1SM	1,549236254	1,30665675	1,105132402	0,876505236	0,492411126
Renda de 1 a 3 SM	1,306656738	1,332860194	1,14007679	0,89115602	0,485614368
Renda de 3 a 5 SM	1,105132387	1,140076781	1,15429535	1,002660788	0,632184451
Renda de 5 a 10 SM	0,87650523	0,891156048	1,002660804	1,127002048	1,012526133
Renda acima de 10 SM	0,492411241	0,485614355	0,632184423	1,012526164	2,155721621

**TABELA 02** – Índice de Isolamento Global Normalizado – Ribeirão Preto, 2000.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2021).

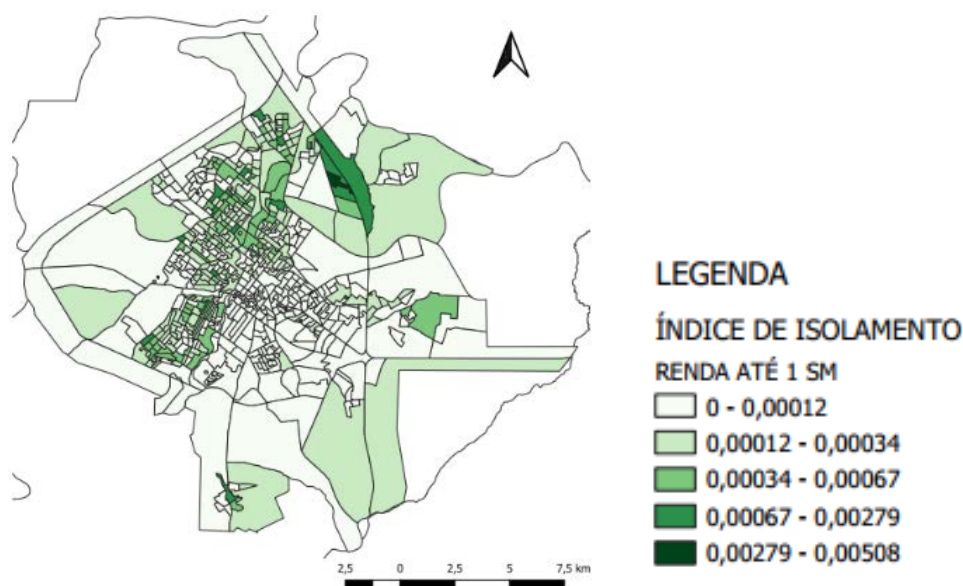
	Renda até 1SM	Renda de 1 a 3 SM	Renda de 3 a 5 SM	Renda de 5 a 10 SM	Renda acima de 10 SM
Renda de até 1SM	1,445031665	1,140813229	0,832275445	0,590633298	0,341785144
Renda de 1 a 3 SM	1,140813206	1,13985507	0,936413846	0,713132018	0,446161262
Renda de 3 a 5 SM	0,83227545	0,936413831	1,171811897	1,186097136	0,992889507
Renda de 5 a 10 SM	0,590633318	0,713132031	1,186097167	1,706558346	2,003187982
Renda acima de 10 SM	0,341785154	0,446161322	0,992889584	2,00318808	4,287799496

**TABELA 03** – Índice de Isolamento Global Normalizado – Ribeirão Preto, 2010.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2021).

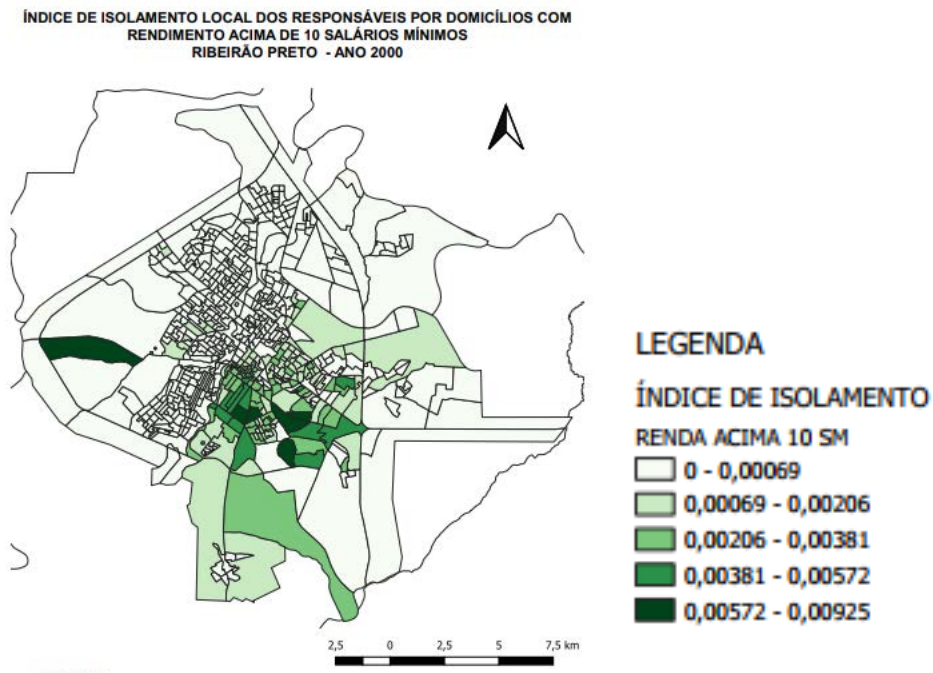
A análise do isolamento dos grupos de renda é complementada pelos índices locais, apresentados na forma de mapas nas **Figuras 05, 06, 07 e 08**. Em Ribeirão Preto o isolamento local da Renda até 1 SM apresenta um padrão espacial periférico tanto em 2000 (**Figura 05**) quanto em 2010 (**Figura 07**). Este padrão, entretanto, é muito menos marcado do que o dos grupos mais ricos, sendo possível identificar o isolamento de áreas periféricas já caracterizadas como loteamentos fechados de alta renda tanto em 2000 (**Figura 06**) quanto em 2010 (**Figura 08**).

ÍNDICE DE ISOLAMENTO LOCAL DOS RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIOS COM RENDIMENTO DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO  
RIBEIRÃO PRETO - ANO 2000



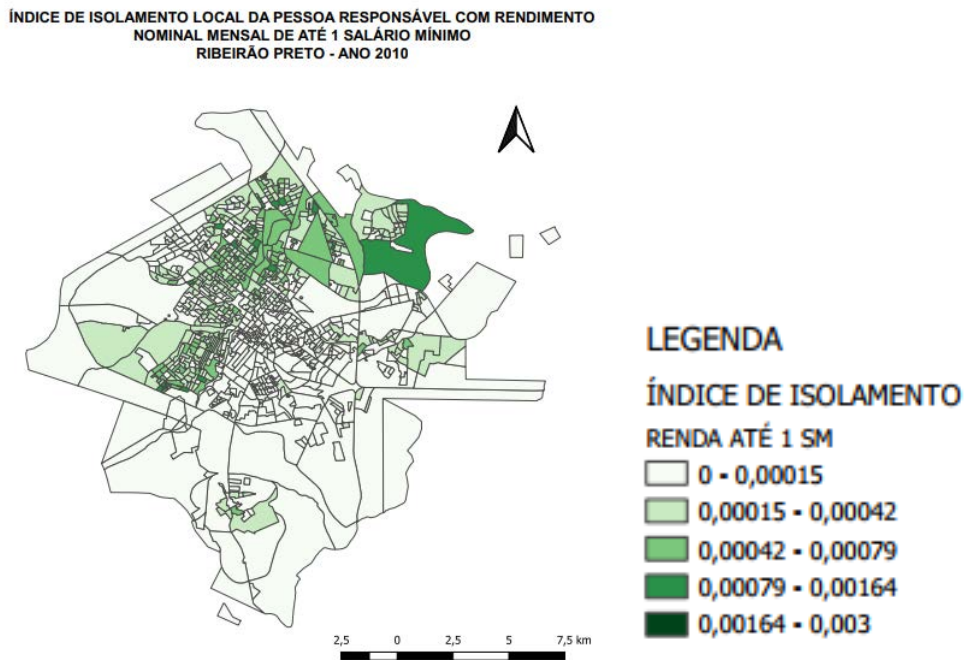
**FIGURA 05** – Índice de Isolamento Local até 1SM – Ribeirão Preto, 2000.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2021).



**FIGURA 06** – Índice de Isolamento Local acima de 10SM – Ribeirão Preto, 2000.

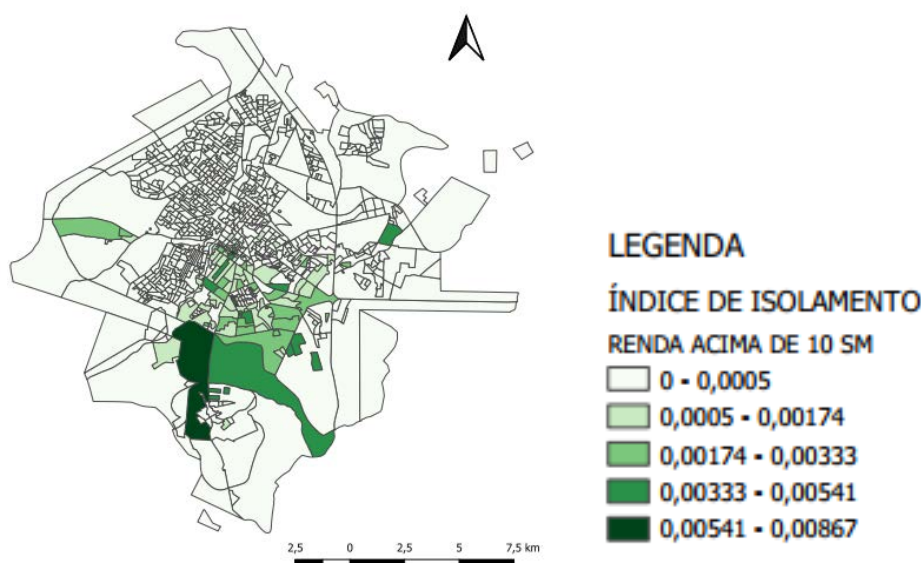
**FONTE:** Elaborado pela autora, (2021).



**FIGURA 07** – Índice de Isolamento Local até 1SM – Ribeirão Preto, 2010.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2021).

ÍNDICE DE ISOLAMENTO LOCAL DA PESSOA RESPONSÁVEL COM RENDIMENTO  
NOMINAL MENSAL ACIMA DE 10 SALÁRIOS MÍNIMOS  
RIBEIRÃO PRETO - ANO 2010



**FIGURA 11** – Índice de Isolamento Local acima de 10SM – Ribeirão Preto, 2010.

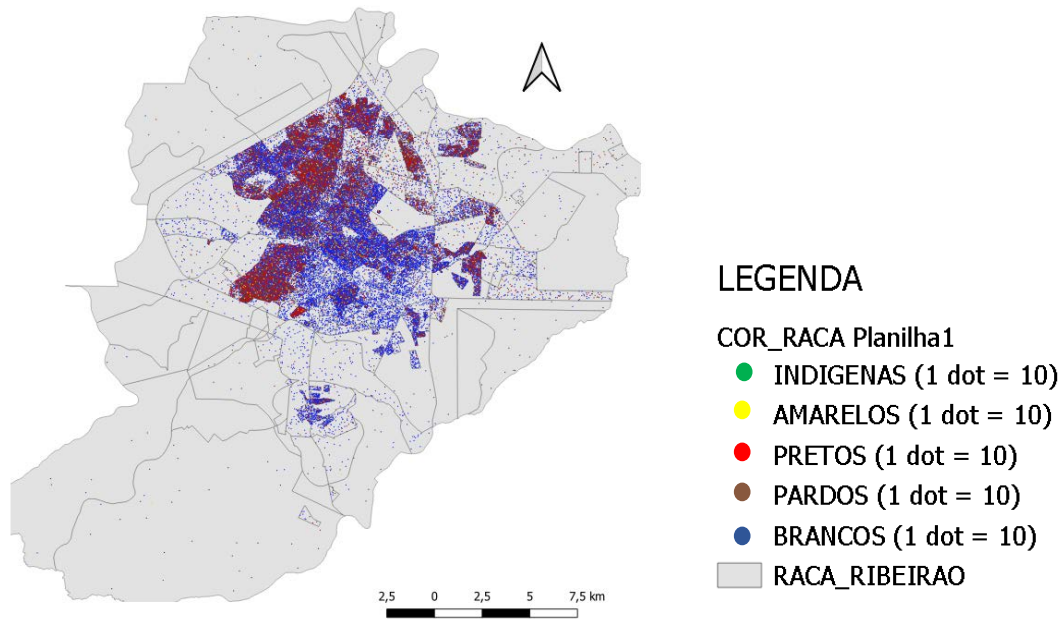
**FONTE:** Elaborado pela autora, (2021).

Há duas questões que precisam ser levadas em conta para a melhoria de análises futuras em relação a esse trabalho. A primeira delas é o fato de que o mais adequado em relação ao valor do salário mínimo, que se distingue nas duas décadas analisadas, seria a divisão baseada no poder de compra do mesmo e não apenas pelo seu valor ou a realização da deflação dos valores para uma equiparação entre os anos.

A outra questão relevante é que em uma análise comparativa, o ideal é tentarmos manter as condições de análise as mais semelhantes possíveis. No caso das análises apresentadas, utilizamos as bases vetoriais, arquivos shapefiles, de dois períodos distintos. As bases utilizadas foram as dos setores censitários, que são alteradas em cada período de realização dos Censos. Dessa forma, o ideal seria a divisão da área de análise em células de mesma dimensão conforme nos apresenta Feitosa et al (2021).

Em relação a distribuição dos grupos raciais os resultados produzidos por meio do plugin *DOT MAPS* também no software QGIS versão 3.16 levaram em conta os resultados do universo do Censo apenas de 2010 uma vez que não havia a disponibilização desses dados em divulgações anteriores. Para o IBGE, a pesquisa da cor ou raça da população brasileira é feita com base na declaração, ou seja, as pessoas quando perguntadas sobre a sua cor, se auto declaram brancas, pretas, pardas, amarelas ou indígenas.

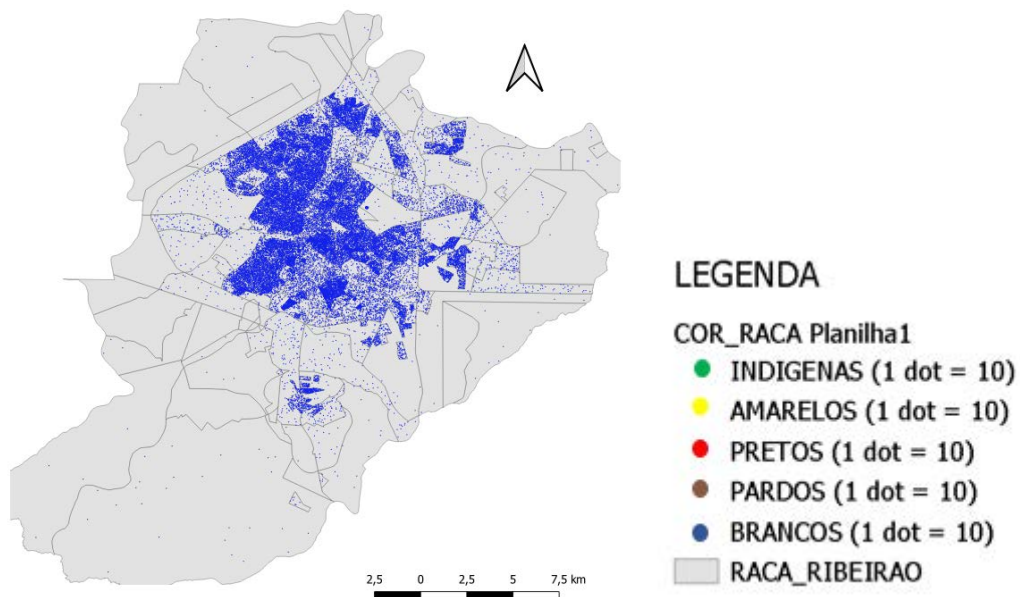
Na Figura 12 temos a distribuição de todos os grupos raciais no território da cidade de Ribeirão Preto. É possível perceber que o grupo dos brancos apresenta uma distribuição bastante uniforme no espaço enquanto os negros e pardos se distribuem de forma mais concentrada na porção noroeste. Os grupos de amarelos e indígenas possuem uma quantidade pequena de representantes, mas, é possível verificar que os primeiros se concentram também de forma mais uniforme enquanto os indígenas se aproximam espacialmente de negros e pardos.



**FIGURA 12** –Distribuição de grupos raciais na cidade de Ribeirão Preto, 2010.

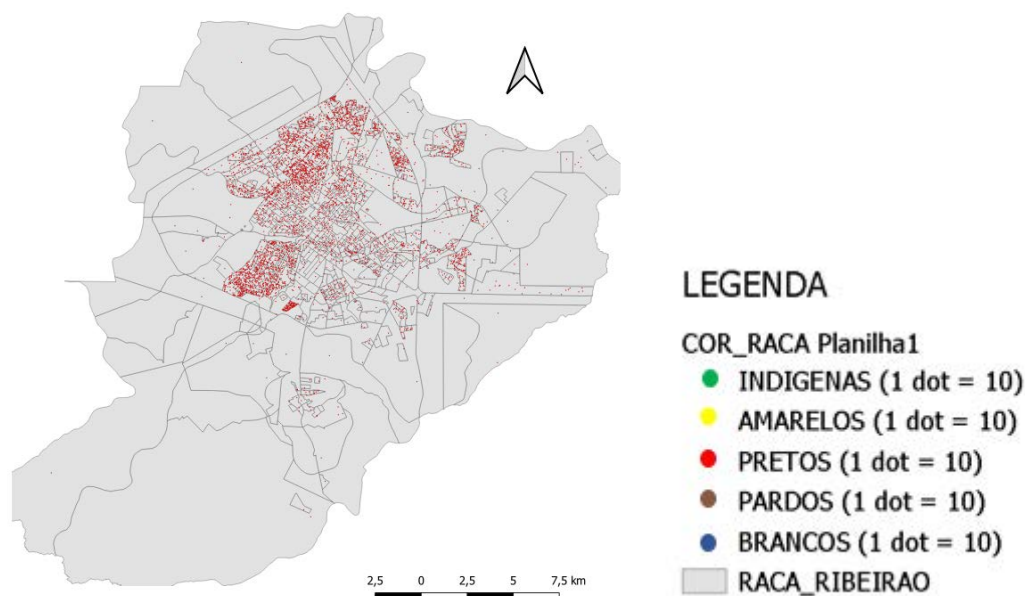
**FONTE:** Elaborado pela autora, (2022).

De forma separada podemos verificar a distribuição dos brancos, negros e pardos no território e ao analisarmos comparativamente com a Figura 04 é possível verificar que os negros e pardos se concentram na região de menor renda e os brancos são predominantes na região de maior rendimento.



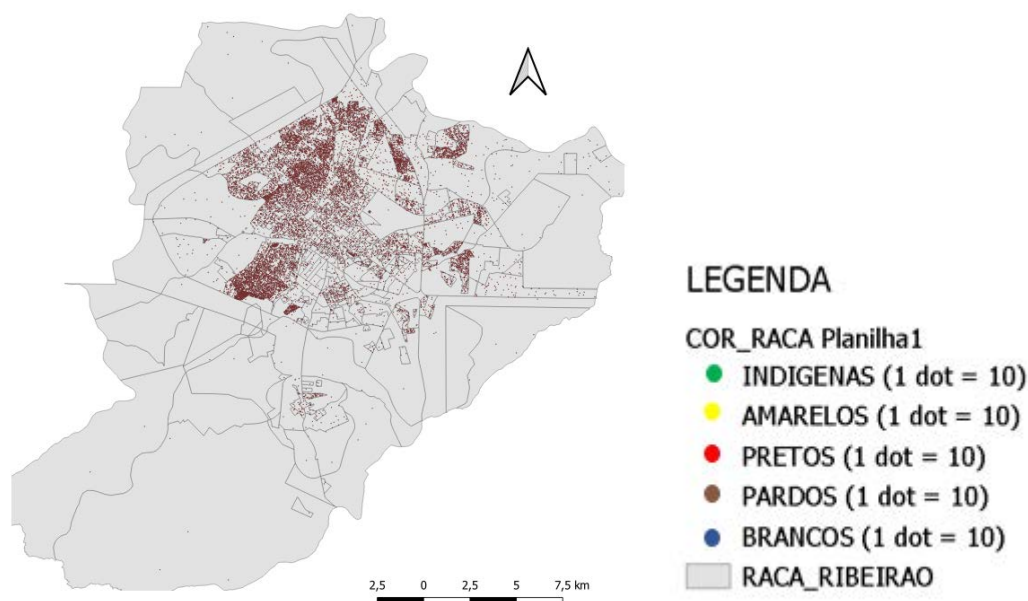
**FIGURA 13** –Distribuição de brancos na cidade de Ribeirão Preto, 2010.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2022).



**FIGURA 14** –Distribuição de pretos na cidade de Ribeirão Preto, 2010.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2022).



**FIGURA 14** –Distribuição de pardos na cidade de Ribeirão Preto, 2010.

**FONTE:** Elaborado pela autora, (2022).

#### 4. Considerações finais

As análises nos possibilitam perceber que houve uma alteração do cenário das cidades médias em relação à segregação residencial quando se observam duas décadas distintas utilizando o fator renda como variável. É possível inferir que o padrão centro periferia bastante presente nessas cidades até a década de 90 começa a passar por alterações que se consolidam nos anos 2010 reproduzindo um cenário de diferenciação socioespacial muito semelhante ao que ocorre nas metrópoles e grandes cidades.

O cenário também se altera, quando se insere na análise a intensificação do uso do automóvel e o preço da terra urbana, mais barato nas periferias, o que contribuiu para o processo de dispersão urbana que tem como resultante a dissolução da unidade morfológica das cidades e sua descontinuidade territorial com densidades alternantes e nesse caso a tese de Villaça (1998) e Sabatini *et al.* (2001), segundo os quais a população de alta renda tende a se posicionar próxima às principais vias de circulação, em áreas com grande oferta de infraestrutura urbana, enquanto que a população de baixa renda ficaria restrita às áreas periféricas, com pouca ou nenhuma infraestrutura pode ser questionada uma vez que é possível percebermos que a população de alta renda começa também a se periferizar, ainda que abastecida de infraestruturas e com a questão da mobilidade bastante resolvida para acesso a serviços e bens de consumo.

A dispersão urbana, podemos dizer que no Brasil, ocorre dentro de dois movimentos distintos, o primeiro quando vemos surgir nas cidades uma grande concentração de vazios urbanos com fins especulativos ao mesmo tempo em que parte da área central é verticalizada com incentivos do mercado imobiliário. O segundo movimento, mais recente, ocorre no momento em que alguns grupos sociais optam pela autossegregação ao decidirem habitar locais cercados e em sua maior parte distantes das áreas centrais (CALDEIRA, 2000).

Atualmente esse movimento de autossegregação atinge grupos sociais bastantes distintos e diversos. A mudança centro periferia que outrora que se vislumbrava de forma bastante definida com pobres nas bordas e ricos ao centro se complexifica uma vez que o ritmo das mudanças não é mais o mesmo e há dificuldades na identificação daquilo que é material e daquilo que é imaterial, bem como o que é permanente, regular e homogêneo nas continuidades e descontinuidades.

As inserções da análise da distribuição dos grupos raciais no espaço urbano nos mostram que nossa estrutura social ainda mantém resquícios do período colonial onde alguns grupos sociais subentendem uma etnia ou raça acima de outras de forma hierárquica. Também é possível inferir que as políticas públicas inclusivas são necessárias de forma bastante contundentes para esses grupos que carregam a desigualdade como resultado de anos de exploração.

Assim, o que tem se desenhado prefigura um novo fenômeno urbano – a fragmentação socioespacial - que tem sido descrita e conceituada como uma intensificação das desigualdades ou diferenciações socioespaciais. Esse processo pode ser entendido como polissêmico e multidimensional abarcando questões espaciais, econômicas, sociais, culturais e políticas (SPOSITO, 2020). Além disso, segundo Gervais-Lambony (2001) tem como características a ruptura, parcial ou absoluta entre as partes da cidade bem como uma autonomia entre elas. Trata-se de um mosaico de fragmentos que se justapõem. Para Prévôt-Schapira (2001) o processo de fragmentação urbana pode ser entendido quando analisado em três dimensões: as espaciais – com a desconexão física e descontinuidades morfológicas, as sociais – com lógicas exclusivistas e as políticas – com a dispersão de atores e a autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana. Percebe-se nesse sentido que há uma homogeneização de espaços ao mesmo tempo em que se busca uma diferenciação e salienta-se que o processo ocorre nos dois extremos da sociedade.

## 5. Referências

ABREU, Marlon Altavini de. **Produção imobiliária e os espaços da financeirização: entre o abstrato da riqueza financeira e o concreto da cidade produzida**. Tese de Doutorado, UNESP, 2019.

BELL, W. A probability model for the measurement of ecological segregation. **Social Forces**, p. 357-364, 1954

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 de Dezembro de 2022.

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- FEITOSA, F. Flávia. Índices Espaciais para Mensurar a Segregação Residencial: O caso de São José dos Campos. Dissertação de Mestrado, INPE, 2005.
- FEITOSA, F.F.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M. V.; KOSCHITZKI, T.; SILVA, M. P. S. Global and Local Spatial Indexes of Urban Segregation. **International Journal of Geographical Information Science**, nº 21, vol. 1, p. 299-323, 2007.
- FEITOSA, Flávia et al. Measuring changes in residential segregation in São Paulo in the 2000s. **Urban Socio-Economic Segregation and Income Inequality**, p. 507-523, 2021.
- GERVAIS – LAMBONY, Marie-Anne. **A Les très grandes villes dans le monde**. Atlande, Paris, (2001).
- GOMES, Marcos Antônio Silvestre. Desvelando o mito da “Califórnia: Aspectos da desigualdade socioespacial em Ribeirão Preto/SP. **Revista Geografia UFJF**, v.2, n. 1, p. 1 – 11, 2011.
- MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. The dimensions of residential segregation. **Social forces**, v. 67, n. 2, p. 281-315, 1988.
- MELAZZO, Everaldo et al. Entre permanências e transformações: A reprodução das desigualdades socioespaciais a partir do PMCMV em Ribeirão Preto/SP. In: CALIXTO, Maria José Martinelli, REDON, Sérgio Moreno. **O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais: os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras**. 1. ed – Porto Alegre: Total books, 2021, p.73 – 107.
- MELO, Rose Elaine Borges de. **Ações pública e privada no processo de ocupação de Ribeirão Preto: do núcleo Antônio Prado a atuação do GDU Grupo de Desenvolvimento Urbano**. Tese de Doutorado, UFSCAR, 2017.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese de Doutorado, UNB, 2009.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro (2019): **A desigualdade racial da pobreza no Brasil**. Texto para Discussão, No. 2487, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília
- REARDON, S. F.; O’SULLIVAN, D. Measures of spatial segregation. **Sociological methodology**, v. 34, n. 1, p.121-162, 2004.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor et al. A pobreza e a exclusão social: teorias conceitos e políticas sociais em Portugal. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 9, 2017.
- SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: Tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. **eure (Santiago)**, nº 27, vol. 82, p. 21-42, 2001
- SAKODA, J. M. A generalized index of dissimilarity. **Demography**, v. 18, n. 2, p. 245-250, 1981
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2013.
- SCHAPIRA, Marie France Prévôt. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. **Perfiles latinoamericanos: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Sede México**, n. 19, p. 33-56, 2001.
- SOUZA, Marcelo José Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.



SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Cidades Médias: Espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007, p. 35-68.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos**. Projeto de pesquisa. Presidente Prudente, 2018.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. FRAGMENTATION SOCIO-SPATIALE. Mercator (Fortaleza), v. 19, 2020.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, São Paulo, 1998

ZAMBONI, Débora. DENALDI, Rosana., MIOTO, Beatriz. Os espaços residenciais fechados do setor sul de Ribeirão Preto e o domínio do capital mercantil no processo de expansão urbana no município nos anos 2000. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, p. 1 – 14, 2019.

ZAMBONI, Débora. **A territorialidade do capital: da fazenda ao condomínio, desenhando a cidade**. 2018. 259 f. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território, Santo André (UFABC).

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 24, p. 563-578, 2012.

## NOTAS DE FIM

---

<sup>i</sup> IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

<sup>ii</sup> Elevado à condição de cidade com a denominação de Ribeirão Preto, pela Lei Provincial n.º 85 ou 88 de 01-04-1889, o município teria sido criado segundo a fonte, em 6 de setembro de 1892. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/historico>. Acessado em 12 de agosto de 2022.

<sup>iii</sup> Obtida pela divisão da Var02 (Média do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes - V0623) pela Var05 (Pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal maior do que zero V0622)